



Sant'Anna diz que o programa do governo está de acordo com o PMDB de Ulysses

Sant'Anna cobra definição do PMDB sobre situação de Funaro

Brasília — À Executiva do PMDB caberá decidir se reafirma sua posição de apoio à permanência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ou se endossa o pedido de sua substituição feito pelos governadores de São Paulo, Orestes Quérzia, do Rio, Moreira Franco, e de Minas Gerais, Newton Cardoso. Essa é a opinião do líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que, no entanto, considera a possível divergência entre a Executiva e os governadores uma característica "que é a força do partido: a democracia".

— Cada qual tem direito de expressar sua opinião. Temos de conviver com isso. Mas é questão de foro íntimo do presidente se aceita ou não essas pressões — disse Sant'Anna, que esteve ontem durante meia hora com Sarney. À saída,

com um sorriso, deixou escapar sua opinião sobre as declarações do governador Orestes Quérzia, que se queixou da falta de autoridade do presidente na condução da reforma ministerial e reivindicou a saída de Funaro: "O Quérzia errou na dose".

A uma pergunta sobre se o PMDB era representado pela Executiva ou pelo manifesto dos governadores dos três maiores estados do país, Sant'Anna lembrou a necessidade de uma convenção do partido para definir sua atuação: "O PMDB é resultante de tudo isso, o que deverá ser expresso pela convenção do partido, quando se reunir", disse. Ele informou que pretende se encontrar a partir de hoje com bancadas de 20 a 30 parlamentares do PMDB para discutir as

propostas do governo à Constituinte para questões como mandato presidencial, papel das Forças Armadas, função do estadio, reforma tributária e reforma agrária.

— O que importa é que a política do governo está de acordo com o programa do PMDB — disse, reconhecendo no entanto a existência de correntes dentro do PMDB segundo as quais no estabelecimento da política de juros e na questão da inflação não foram obedecidas as diretrizes do partido. Há também, ainda de acordo com Sant'Anna, quem discorda da condução da política econômica em geral.

“Mas todos estão de acordo em que a política de crescimento da economia deve permanecer”, diz o deputado, que defende porém a palavra final do presidente.

Jorge Leite quer mais apoio a Sarney

Brasília — O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) pediu da tribuna da Câmara “apoio político claro e insofismável” ao presidente José Sarney, em discurso no qual alertou seu partido sobre “a responsabilidade de ser governo”. “Não é este um momento para ambiguidades, de palavras reticentes de sentido evasivo, não é hora da representação popular

ficar passiva diante de ações excitadas e impensadas dos que tentam dificultar o processo de redemocratização em marcha no Brasil”, disse o deputado.

Leite recordou a formação da Aliança Democrática — a articulação entre o PMDB e o PFL que possibilitou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo colégio

eleitoral, em 1985, pondo fim ao regime militar — como uma conquista a ser preservada. Apelou para que os conflitos sociais e econômicos sejam resolvidos pelo caminho da negociação, “sem radicalismo de posições, sem intransigências e com a noção das repercussões de atos parciais sobre o conjunto da situação nacional”.

Minas pede mais amparo à criança

Belo Horizonte — A garantia, na Constituição Federal, da função social da maternidade, da família e da infância; a proteção da mãe pela Previdência Social; o amparo à família, independente de sua forma de organização; a igualdade de direitos de todos os filhos à paternidade são algumas das propostas encaminhadas à Constituinte pela Comissão Estadual de Minas Gerais da campanha “A criança e a Constituinte”.

A comissão entregou ao presidente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente da Constituinte, deputado Elias Murad (PTB-MG), as propostas resultantes de discussão entre técnicos de órgãos públicos federais e estaduais e de representantes de associações profissionais. Entre as 30 crianças presentes à solenidade realizada na Assembléia Legislativa de Minas, dez não sabiam dizer o que é a Constituinte.

Na área de educação, a comissão quer a garantia do direito à educação para todas as crianças de zero a seis anos de idade, a integração da educação pré-escolar ao sistema de ensino e a garantia de educação especial para crianças deficientes e superdotadas. No que toca à saúde, a comissão quer, entre outras coisas, a criação de um sistema nacional único de saúde, a garantia de atendimento integral à criança de zero a seis anos, o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos e de material técnico-científico e a préfixação de percentual sobre as receitas públicas para aplicação no setor da saúde.

Entre as crianças presentes na solenidade, a maioria pediu ao governo educação, alimentos e brinquedos. Apesar de também não saber, como outros nove colegas, o que é a Constituinte, Élisane Gumerinda da Luz, de dez anos, acha que “todas as crianças brasileiras tinham de ter alimentação, roupa, direito de brincar, de estudar, de não ficarem jogadas na rua, nem serem maltratadas pela mãe”. O deputado Elias Murad acredita que boa parte das sugestões será aproveitada pelos constituintes.

Deputado não apóia regime parlamentar

Recife — O líder do PMDB na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Marcus Cunha, considera “uma temeridade” a implantação do parlamentarismo no Brasil para resolver a crise econômica e política atual. Segundo ele, o parlamentarismo só funciona “em uma democracia estável e com partidos políticos fortes, e o Brasil no momento não tem uma coisa nem outra”.

Marcus Cunha, que segue a orientação do governador Miguel Arraes, acha que o país deve continuar presidencialista por enquanto, “para sedimentar sua democracia e seus partidos”. Do contrário, na opinião do deputado, “corre o risco de aumentar a crise, como aconteceu no tempo de João Goulart”.

— Sou parlamentarista — diz —, mas exatamente por isso sei que num regime de transição, e com partidos que são mais um ajuntamento de tendências do que agremiações definidas ideologicamente, não há como pensar em implantar este regime.

ANC 88
Past 08 a 15
Abril/87
095